

Os pobres e os ricos do Brasil

MARIA CECÍLIA PRATES
RODRIGUES

ESTE artigo visa a fazer algumas considerações sobre a situação da renda média dos pobres e dos ricos nas grandes regiões brasileiras, em relação à dos demais países do mundo (para os quais as estatísticas necessárias à análise encontram-se disponíveis).

Por pobres e por ricos entende-se aqui os 20% da população situados respectivamente na base e no topo da pirâmide de rendimentos dos países/regiões brasileiras.

A metodologia utilizada para se estimar o PIB *per capita* desses 20% mais pobres e 20% mais ricos dos países/regiões brasileiras teve por base os percentuais de distribuição da renda familiar. Por hipótese, considerou-se que o percentual da renda familiar absorvido pelas famílias do quintil inferior (superior) corresponde à fatia do PIB destinada aos 20% mais pobres (ricos) da população. A tabela 1 mostra os passos seguidos para essas estimativas.

Para viabilizar a comparação dos PIBs *per capita* dos ricos e pobres dos diferentes países, adotou-se o câmbio implícito apurado pelas Nações Unidas para cada país, na conversão PNB *per capita*/PIB real *per capita*. Pode-se dizer que o PIB "real" *per capita* quantifica o poder de compra da renda média de cada país, em termos de uma moeda comum (o dólar), levando-se em consideração as discrepâncias dos preços dos bens e serviços entre os diversos países.

Deve-se considerar duas hipóteses nesse uso do câmbio implícito. Primeiro, tanto para o PIB *per capita* dos ricos quanto dos pobres de um país foi adotado o mesmo câmbio implícito – o do próprio país, que reflete a relação média dos preços dos bens e serviços do país com os dos demais. Da observação da série de câmbio implícito (tabela 1), constata-se que, quanto mais rico o país, menor é a sua taxa de conversão; quanto mais pobre, es-

ta taxa tende a ser mais elevada. Daí que, ao se assumir o mesmo câmbio implícito para a estimativa do PIB real *per capita* dos ricos e dos pobres de um país, pode-se incorrer em algum grau de superestimativa da renda dos seus ricos e de subavaliação da renda dos seus pobres. Mas, por outro lado, pode-se alegar que, diferentemente do



que ocorre em nível internacional, grande parte dos bens e serviços disponíveis em um país compõe a cesta de consumo tanto dos ricos quanto dos pobres, o que contribui para compensar esses possíveis desvios de estimativa.

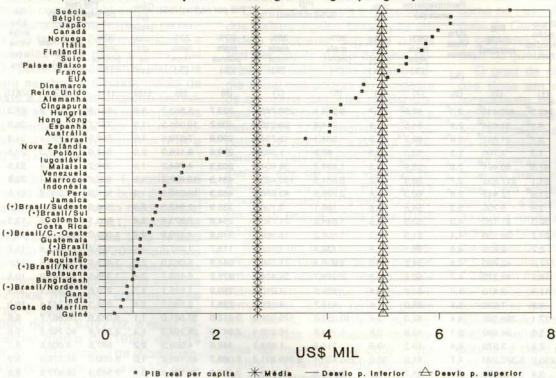
A segunda hipótese com relação ao câmbio implícito refere-se à utilização, para as cinco grandes regiões brasileiras, da mesma taxa de conversão apurada pelas Nações Unidas para o Brasil.

O cálculo do PIB real *per capita* para os 20% mais pobres e os 20% mais ricos de cada país e das grandes regiões brasileiras, mostrado na tabela 1, permite algumas comparações interessantes sobre a situação de renda dos pobres e ricos em nível internacional.

Pela tabela 1, constata-se que o Brasil e suas cinco grandes regiões, juntamente com Botsuana (país pobre do sul da África), detêm os maiores índices de disparidade interna de renda entre ricos e pobres. Em termos de região brasileira, é no Centro-Oeste que a relação entre a renda média dos ricos e a dos pobres atinge nível mais elevado (26,9 vezes) em 1990, cabendo ao Sul a razão mais baixa (21,5 vezes). Ambos os valores destoam dos resultados para os demais países do mundo, onde a média dessa razão ricos/pobres (sem incluir os dados referentes ao Brasil e Botsuana) fica em 7,5 vezes. Só para citar alguns números, esta relação é de 10,8 vezes na Venezuela, 8,9 nos Estados Unidos, 5,7 na Alemanha, 4,3 no Japão e 3,7 em Bangladesh.

É interessante observar que a disparidade entre ricos e pobres atinge seu patamar mais elevado para o Brasil como um todo (27,3 vezes), comparativamente às suas grandes regiões. Isso porque, como se trata de uma análise cruzada (pobres X ricos), as rendas dos mais pobres de cada região, em especial os do Nordeste e do Norte, devem ter contribuído para "puxar para baixo" a renda média dos 20% mais pobres do Brasil, enquanto que as rendas dos mais ricos das regiões, com destaque para os do Centro-Oeste, do Sudeste e do Sul, devem ter influenciado para cima a renda média dos 20% mais ricos do país. Daí essa razão ricos/pobres para o Brasil ter sido superior aos resultados obtidos para cada uma de suas cinco grandes regiões em separado.

1. PIB real per capita dos 20% mais pobres – Brasil e grandes regiões, e alguns países



2. PIB real per capita dos 20% mais ricos – Brasil e grandes regiões, e alguns países

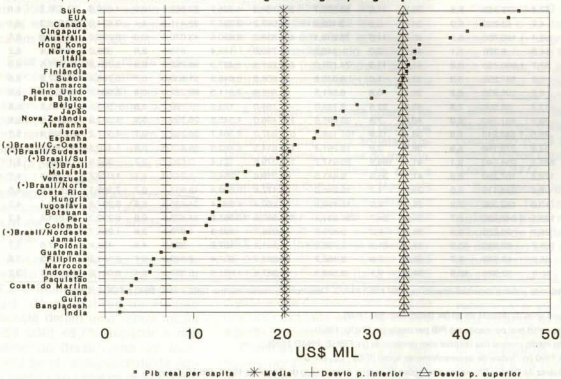


Tabela 1 – Brasil – grandes regiões e países selecionados – ricos e pobres: comparação do PIB real per capita, 1990

Países	População (milhões hab.)	PIB (US\$ milhões)	Participação na renda (a)		20% da população (mi- US\$ hab.)	PIB (US\$ milhões)		PIB per capita (US\$)		Câmbio impli- cito (b) ve- zes	PIB real per capita (US\$)		Razão entre ricos e pobres
			20% mais pobres	20% mais ricos		20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos		20% mais pobres	20% mais ricos	
			(%)	(%)		(%)	(%)	(%)	(%)		(%)	(%)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(12)/(11)	
1 Brasil	143,3 ^b	403.415 ^d	2,3 ^c	62,9 ^c	28,7	9.278,5	253.748,0	323,7	8.853,7	1,9	631,0	17.257,8	27,3
2 Brasil/Centro-Oeste	9,1 ^b	31.034 ^d	2,4 ^c	64,9 ^c	1,8	744,8	20.016,9	409,2	10.998,3	1,9	797,7	21.436,1	26,9
3 Brasil/Norte	9,7 ^b	21.697 ^d	2,6 ^c	63,3 ^c	1,9	564,1	13.734,2	290,8	7.079,5	1,9	566,8	13.799,4	24,3
4 Botsuana	1,3	2.700	2,5	59,0	0,3	67,5	1.593,0	259,6	6.126,9	2,0	516,0	12.177,3	23,6
5 Brasil/Nordeste	41,6 ^b	60.401 ^d	2,8 ^c	65,9 ^c	8,3	1.691,2	39.804,3	203,3	4.784,2	1,9	396,2	9.325,4	23,5
6 Brasil/Sudeste	61,1 ^b	217.835 ^d	2,7 ^c	59,9 ^c	12,2	5.881,5	130.483,2	481,3	10.677,8	1,9	938,2	20.813,4	22,2
7 Brasil/Sul	21,8 ^b	72.448 ^d	2,8 ^c	60,3 ^c	4,4	2.028,5	43.686,1 [*]	465,3	10.019,8	1,9	906,9	19.530,6	21,5
8 Costa Rica	2,8	5.700	3,3	54,5	0,6	188,1	3.106,5	335,9	5.547,3	2,5	832,8	13.753,0	16,5
9 Colômbia	32,3	41.120	4,0	53,0	6,5	1.644,8	21.793,6	254,6	3.373,6	3,4	863,1	11.436,6	13,3
10 Peru	21,7	36.550	4,4	51,9	4,3	1.608,2	18.969,5	370,6	4.370,8	2,7	1.002,0	11.818,6	11,8
11 Guiné	5,7	2.820	4,8	56,1	1,1	135,4	1.582,0	118,7	1.387,7	1,4	166,2	1.942,8	11,7
12 Malásia	17,9	42.400	4,6	51,2	3,6	1.950,4	21.708,8	544,8	6.063,9	2,6	1.424,8	15.858,8	11,1
13 Venezuela	19,7	48.270	4,7	50,6	3,9	2.268,7	24.424,6	575,8	6.199,1	2,4	1.388,5	14.948,0	10,8
14 Costa do Marfim	11,9	7.610	5,0	52,7	2,4	380,5	4.010,5	159,9	1.685,1	1,7	279,5	2.945,7	10,5
15 Guatemala	9,2	7.630	5,5	55,0	1,8	419,7	4.196,5	228,1	2.280,7	2,8	634,3	6.343,0	10,0
16 Austrália	17,1	296.300	4,4	42,2	3,4	13.037,2	125.038,6	3.812,0	36.561,0	1,1	4.052,6	38.867,7	9,6
17 Cingapura	3,0	34.600	5,1	48,9	0,6	1.764,6	16.919,4	2.941,0	28.199,0	1,4	4.251,9	40.768,5	9,6
18 Jamaica	2,4	3.970	5,4	49,2	0,5	214,4	1.953,2	446,6	4.069,3	2,2	987,9	9.000,8	9,1
19 EUA	250,0	5.392.200	4,7	41,9	50,0	253.433,4	2.259.331,8	5.068,7	45.186,6	1,0	5.090,0	45.376,8	8,9
20 Nova Zelândia	3,4	42.760	5,1	44,7	0,7	2.180,8	19.113,7	3.207,0	28.108,4	0,9	2.953,9	25.977,9	8,8
21 Filipinas	61,5	43.860	5,5	48,0	12,3	2.412,3	21.052,8	196,1	1.711,6	3,2	626,8	5.469,9	8,7
22 Hong Kong	5,8	59.670	5,4	47,0	1,2	3.222,2	28.044,9	2.777,7	24.176,6	1,5	4.074,0	35.459,1	8,7
23 Suíça	6,7	224.850	5,2	44,6	1,3	11.692,2	100.283,1	8.725,5	74.838,1	0,6	5.428,6	46.560,9	8,6
24 Dinamarca	5,1	130.960	5,4	38,6	1,0	7.071,8	50.550,6	6.933,2	49.594,9	0,7	4.662,0	33.324,7	7,1
25 Canadá	26,5	570.150	5,7	40,2	5,3	32.498,6	229.200,3	6.131,8	43.245,3	1,0	6.004,5	42.347,7	7,1
26 Iugoslávia	23,8	82.310	6,1	42,8	4,8	5.020,9	35.228,7	1.054,8	7.401,0	1,7	1.840,5	12.913,7	7,0
27 Reino Unido	57,4	975.150	5,8	39,5	11,5	56.558,7	385.184,3	4.926,7	33.552,6	0,9	4.630,6	31.536,3	6,8
28 Israel	4,7	43.200	6,0	39,6	0,9	3.192,0	21.067,2	3.395,7	22.411,9	1,1	3.624,0	23.918,3	6,6
29 França	56,4	1.190.780	6,3	40,8	11,3	75.019,1	485.838,2	6.650,6	43.070,8	0,0	5.286,2	34.234,2	6,5
30 Gana	14,9	6.270	7,1	43,7	3,0	445,2	2.740,0	149,4	919,5	2,6	385,0	2.369,4	6,2
31 Itália	5,7	1.090.750	6,8	41,0	11,5	74.171,0	447.207,5	6.427,3	38.752,8	0,9	5.784,6	34.877,5	6,0
32 Finlândia	5,0	137.250	6,3	37,6	1,0	8.646,8	51.606,0	8.646,8	51.606,0	0,7	5.706,4	34.057,2	6,0
33 Noruega	4,2	105.390	6,2	36,7	0,8	6.561,5	38.839,6	7.811,3	46.237,6	0,8	5.900,7	34.928,2	5,9
34 Paquistão	112,4	35.500	7,8	45,6	22,5	2.769,0	16.188,0	123,2	720,1	4,8	595,6	3.481,8	5,8
35 Espanha	39,0	491.240	6,9	40,0	7,8	33.895,6	196.496,0	4.345,6	25.191,8	0,9	4.062,9	23.552,8	5,8
36 Alemanha	79,5	1.488.210	6,8	38,7	15,9	101.198,3	575.937,3	6.364,7	36.222,5	0,7	4.517,2	25.708,4	5,7
37 Países Baixos	14,9	279.150	6,9	38,3	3,0	19.261,4	106.914,5	6.463,5	35.877,3	0,8	5.420,5	30.087,8	5,6
38 Índia	849,5	254.540	8,1	41,4	169,9	20.617,7	105.379,6	121,4	620,2	2,7	324,8	1.660,1	5,1
39 Indonésia	178,2	107.290	8,8	41,3	35,6	9.441,5	44.310,8	264,9	1.243,3	4,1	1.077,7	5.057,7	4,7
40 Suécia	8,6	228.110	8,0	36,9	1,7	18.248,8	84.172,6	10.609,8	48.937,6	0,7	7.288,1	33.616,6	4,6
41 Bélgica	10,0	192.390	7,9	36,0	2,0	15.198,8	69.260,4	7.599,4	34.630,2	0,8	6.237,4	28.423,7	4,6
42 Japão	123,5	2.942.890	8,7	37,5	24,7	256.031,4	1.103.583,8	10.365,6	44.679,5	0,6	6.230,3	26.854,6	4,3
43 Marrocos	25,1	25.820	9,8	39,4	5,0	2.471,6	9.936,7	492,3	1.979,4	2,6	1.285,7	5.169,0	4,0
44 Bangladesh	106,7	22.860	10,0	37,2	21,3	2.288,0	8.511,4	107,2	398,8	4,6	488,4	1.817,0	3,7
45 Polónia	38,2	63.590	9,7	35,2	7,6	6.168,2	22.383,7	807,4	2.928,2	2,7	2.151,5	7.807,3	3,6
46 Hungria	10,6	32.920	10,9	34,5	2,1	3.588,3	11.357,4	1.692,6	5.357,3	2,4	4.015,2	12.917,4	3,2

Fontes: Banco Mundial, Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1992; PNUD, Desarrollo humano: Informe 1992; PNAD 1990 e FIBGE, Censo Demográfico 1991.

^aDados referentes a diversos anos da década de 80 (in: Banco Mundial, 1992).

^bCorresponde a razão entre o PIB real per capita e o PIB per capita (in: PNUD, 1992).

^cDistribuição de rendimento médio mensal das famílias com rendimento (in: FIBGE, PNAD 1990).

^dEstimativas próprias para 1990 (in: "Índice de desenvolvimento social (IDS)", CE, fev. 93).

^eEstimativas in: Oliveira, Juares de Castro, "Primeiras avaliações de caráter demográfico do Censo de 1991", FIBGE, Depop.

*Considerada apenas a população urbana.

Vale destacar que a razão entre a renda média dos ricos e a dos pobres corresponde exatamente à relação entre a participação na renda das famílias 20% mais ricas e a daquelas 20% mais pobres. Tal não poderia ser diferente, visto que para se chegar à renda média de ricos e pobres, multiplicou-se/dividiu-se as respectivas participações na renda familiar por valores comuns a ambos os estratos (PIB e 20% da população).

Ainda na tabela 1, verifica-se que os 20% mais pobres do Brasil percebem uma renda média anual de apenas US\$ 631, sendo que este valor salta para US\$ 17.258 quando se trata dos 20% mais ricos do País. Para traduzir essas cifras em termos de número de salários mínimos mensais, considerou-se aqui o salário mínimo médio de 1990, de Cr\$ 5.077,02, o dólar comercial médio de 1990, de Cr\$ 68,30, e 13 parcelas de recebimento da renda (por causa do 13º salário, que normalmente vem junto com a renda de dezembro). Fazendo-se as devidas conversões, constata-se que a renda média dos 20% mais pobres do Brasil não alcança sequer um salário mínimo em 1990 (0,65 SM), sendo que a renda média dos 20% mais ricos fica em torno de 17,86 SM.

Esse patamar da renda média dos ricos no Brasil parece ser excessivamente elevado, quando se leva em conta que apenas 5,1% da população em idade ativa (PIA) com rendimento auferiram renda superior a 17 salários mínimos em 1990 (a partir dos dados da FIBGE, PNAD 1990, tabela 1). No entanto, esse aparente contraste evidencia, mais uma vez, a forte concentração da renda no topo da pirâmide social do país.

A renda média dos pobres na Região Nordeste (US\$ 396) é 37,2% inferior à dos pobres do País. Já os pobres da Região Sudeste detêm uma renda média (US\$ 938) 48,7% superior à dos pobres do Brasil como um todo. Como se vê, a disparidade de renda verifica-se entre os próprios pobres do País, em nível regional, com os pobres do Sudeste auferin-

do renda média 2,4 vezes superior à daqueles do Nordeste.

O gráfico 1 mostra a disposição dos países/regiões brasileiras em ordem crescente, segundo o PIB real *per capita* médio de seus pobres. Fica patente que a renda média anual dos pobres do Nordeste os aproxima daqueles de Bangladesh (US\$ 488), Gana (US\$ 385) e Índia (US\$ 324), enquanto que os pobres do Sudeste e do Sul apresentam níveis de renda bem semelhantes aos de seus vizinhos da América, ou seja, Peru (US\$ 1.002), Jamaica (US\$ 988), Colômbia (US\$ 863) e Costa Rica (US\$ 833).

Se por um lado existe essa discrepância entre a renda dos pobres brasileiros em nível regional, por outro constata-se que, em nível internacional, essas rendas giram em torno do limite inferior da distribuição dos rendimentos dos pobres do mundo (US\$ 505) – ver gráfico 1. O limite inferior em questão corresponde à renda média dos pobres (US\$ 2.748) subtraída do desvio-padrão (US\$ 2.242), obtidos a partir dos cálculos feitos para a amostra dos 41 países e das cinco regiões brasileiras.

Deve-se assinalar ainda o alto grau de dispersão da renda média dos pobres em nível internacional (81,6%), medido pelo coeficiente de variação (razão entre o desvio-padrão e a média) calculado para a amostra.

A situação é diferente quando se analisa a posição relativa dos ricos no Brasil, comparada àquela existente nos demais países do mundo. Pelo gráfico 2, verifica-se que a renda média dos ricos do Nordeste (US\$ 9.325) chega a superar em 35% o limite inferior da distribuição de renda dos ricos, estimado em US\$ 6.893 (média-desvio-padrão). Já os ricos do Centro-Oeste (US\$ 21.438) e do Sudeste (US\$ 20.813) apresentam, em 1990, PIB real *per capita* acima da média dos ricos do mundo, calculada em US\$ 20.273 a partir dos dados da amostra.

Como se vê, em termos de renda, os ricos do Brasil estão mais favoravelmente posicionados na escala internacional do que os pobres do País. No entanto, as dis-

paridades inter-regionais da renda continuam sendo uma realidade, como no caso dos pobres, com os ricos do Centro-Oeste e do Sudeste ganhando em média 2,2 vezes mais do que aqueles do Nordeste.

O grau de dispersão da renda dos ricos em nível internacional (coeficiente de variação igual a 66%) é bem menor do que o valor apurado para a distribuição da renda dos pobres. Para exemplificar, basta dizer que a renda média dos ricos da Suíça (US\$ 46.561), país mais bem classificado no *ranking* dos ricos, é apenas 2,7 vezes maior do que a renda média dos ricos do Brasil. Já os pobres da Suécia, país mais bem colocado no grupo dos pobres, auferem rendimento (US\$ 7.288) em média 11,5 vezes superior ao dos pobres brasileiros. Sem considerar que a posição relativa dos ricos do Brasil, em nível mundial, é melhor do que a dos seus pobres, é claro que essas diferenças de resultado não seriam tão destoantes, não fosse essa menor dispersão da renda dos ricos.

Cabe ainda destacar como a classificação de alguns países se altera, dependendo de a variável analisada ser a renda dos ricos ou a dos pobres. O caso dos Estados Unidos e o do Japão ilustram bem esse fato (ver gráficos 1 e 2). No que se refere ao PIB real *per capita* dos pobres, o Japão ocupa o 3º lugar (US\$ 6.230), vindo os Estados Unidos em 11º lugar (US\$ 5.090). Já com relação à renda média dos ricos, o Japão cai para a 16ª colocação (US\$ 26.855) e os Estados Unidos sobem para o 2º lugar (US\$ 45.377).

Seria desejável que a política interna de rendas do Brasil se guiasse pelo modelo de distribuição de rendas do Japão, onde os ricos não são os mais ricos e os pobres estão entre os mais bem classificados na escala mundial. No entanto, a conjuntura brasileira recessiva e inflacionária dos últimos 10 anos só tem contribuído no sentido inverso, ou seja, de aumentar o já enorme *gap* de renda entre os ricos e os pobres do País e de tornar os seus pobres relativamente mais pobres em termos internacionais. ■